



Global Health Watch 6. In the shadow of the pandemic - PT

Introdução

Há 21 anos, em 2000, cerca de 1.500 ativistas de saúde de 75 nações representando dezenas de movimentos da sociedade civil se reuniram para uma Assembléia de Saúde Popular em Savar, Bangladesh, para mobilizar um novo movimento de saúde global para atingir o objetivo inscrito na Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS): "o gozo do mais alto padrão de saúde alcançável é um dos direitos fundamentais de todo ser humano sem distinção de raça, religião, crença política, condição econômica ou social". A Assembléia elaborou uma Carta do Povo para a Saúdeⁱ que nomeou "desigualdade, pobreza, exploração, violência e injustiça" como os principais motores da má saúde, e iniciou uma campanha global de defesa em torno do tema aspiracional "Saúde para Todos". A Assembléia também iniciou o processo de organização para criar uma *Vigilância Global da Saúde* como um companheiro mais crítico e progressista dos Relatórios Mundiais de Saúde da OMS (então emitidos anualmente).

A primeira *Watch* apareceu em 2005, iniciando uma crítica ao fracasso da globalização em oferecer seus prometidos benefícios de saúde e riqueza que continua sendo um fio condutor em todas as edições subsequentes. *Watch 2* apareceu em 2008, no mesmo ano em que foi divulgado o relatório final da Comissão de Base da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CSDH) e pouco antes de o mundo ser mergulhado no caos da Grande Crise Financeira. Em 2011, a *Watch 3* foi capaz de mergulhar no rescaldo imediato dessa crise, com a esperança de que os líderes, fortalecidos pelas descobertas da CSDH e sua rápida aceitação pelas autoridades de saúde pública em todo o mundo, fizessem uma pausa para considerar a reestruturação fundamental da economia global necessária após seu resgate público (governamental) do quase colapso. Infelizmente, como lamentou o *relógio 4 de 2014*, houve um rápido retorno de uma ortodoxia econômica neoliberal tóxica, já que as elites políticas e econômicas mundiais não conseguiram abraçar as implicações transformadoras da crise financeira global. Mesmo quando o neoliberalismo estava sendo cada vez mais exposto como uma ideologia falha, os políticos pareciam incapazes de romper com seu nostrum político enquanto as elites econômicas continuavam a elogiá-lo pelos benefícios que ele lhes proporcionava. No ano seguinte, dois acordos históricos foram alcançados com portentos para uma versão diferente do futuro: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), universalmente aplicáveis a todos os países, e o Acordo de Paris, comprometendo-se com metas de emissão de gases de efeito estufa para



manter as temperaturas da mudança climática dentro dos limites da vida humana. Estes formaram o pano de fundo para o *relógio 5 de 2017*, que expressou algum otimismo para um futuro mais saudável, mas permaneceu desgastantemente crítico de uma ordem política e econômica persistente que continuou a minar as condições estruturais necessárias para assegurar uma população humana eqüitativamente saudável, totalmente dependente da sustentabilidade ecológica de um planeta sob ameaça.

E assim, chegamos ao momento atual, com esta 6th edição da *Global Health Watch* aparecendo em mais um momento crítico da saúde global: a pandemia COVID-19. Mais do que qualquer período anterior *nos* mais de 15 anos de avaliação do estado da saúde mundial, a pandemia revelou a profundidade das desigualdades globais no acesso a recursos essenciais para a saúde e o risco que isso representa para nossa sobrevivência futura. Mesmo quando o mundo rico se vê emergindo da sombra da pandemia, muito do mundo mais pobre provavelmente não o fará por mais dois ou mais anos, ou mesmo por muito mais tempo. Como em todas as edições anteriores, as informações e análises do *Relógio 6* permanecem embutidas em uma visão de um mundo e uma sociedade humana mais justa, mais igualitária, mais humana e mais respeitosa de nossas responsabilidades ecocêntricas em relação a todos os outros seres vivos que compartilham nosso frágil lar. Como em todas as edições anteriores, também começa com uma seção sobre "A arquitetura política e econômica global", construindo conexões entre políticas e políticas globais e nacionais e o que elas significam para o mundo que vislumbramos. A segunda seção *da Watch* concentra-se em "Sistemas de saúde", extraíndo lições para reformas tornadas mais urgentes pela pandemia. A terceira seção se estende "Além da saúde" para abordar vários determinantes sociais e ambientais críticos da saúde, com implicações políticas que se estendem a múltiplos setores públicos e privados. A seção final "Vigilância" apóia criticamente o estado da governança global da saúde, com foco em várias instituições-chave.

Concluimos este *relógio* com um grito de alerta para ativistas de saúde em todos os lugares. Não fingimos que as tarefas para alcançar um mundo de saúde equitativo e sustentável serão fáceis de realizar, mas o livro destaca muitos pontos de alavancagem onde os ativistas podem se engajar de forma útil. E há sinais de que, apesar do aumento da repressão autocrática, a sede dos ativistas por mudanças transformadoras não diminuiu.

A arquitetura global e política

A pandemia, sem dúvida, tem agitado grande parte de nossa arquitetura global e política, um ponto que ficou evidente em muitos dos capítulos do



livro. O capítulo A1 localiza grande parte dessa convulsão em uma continuação de três tendências "existenciais" pré-pandêmicas: aumento das iniquidades econômicas, agravamento dos impactos ecológicos e movimentos crescentes de pessoas em busca de alívio da pobreza, conflitos, mudanças climáticas ou todas as três. A COVID-19 tornou impossível ignorar ou descartar o quanto nossa história recente de domínio neoliberal colocou tanto da humanidade em perigo desigual. A ironia é que a capacidade do mundo rico de financiar publicamente muitos de seus negócios afetados pela pandemia (se suficientemente grande) e a força de trabalho (se altamente qualificada) criou tanto dinheiro novo no espaço financeiro global que aqueles em posição de capitalizá-lo (a já bilionária classe) se tornaram enormemente mais ricos.

Por um breve período, um colapso nas cadeias de fornecimento globais desacelerou ou fechou enormes faixas de industrialização alimentada por fósseis, e o planeta respirou algum alívio momentâneo. Mas este alívio foi muito momentâneo, com o sexto Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas de 2021 nos alertando que só nos restam mais alguns anos para evitar um ponto de viragem catastrófico. As políticas que lidam com os milhões do clima imperioso, deslocados pelo conflito, em busca de refúgio ou de populações em fuga da pobreza ainda não estão protegendo os mais vulneráveis.

O capítulo oferece alguns sinais de mudança positiva. Na esteira dos gastos dos países de alta renda (HIC) para manter suas economias e sociedades unidas nos últimos dois anos, finalmente fala-se de reforma fiscal nacional e global. O nível mínimo proposto de imposto corporativo global (15%) é muito baixo, as empresas ainda poderão esquivar-se dele, e a maior parte da receita irá para os HICs. Mas é um começo. No entanto, é desesperadamente necessário um movimento sobre a renda marginal e os impostos sobre a riqueza. Por que Jeff Bezos da Amazon (como outros bilionários ricos em uberlândia) deveria ser capaz de evitar o pagamento de quase todos os impostos sobre a renda (Kiel, Eisinger, and Ernsthausen 2021)e, em vez disso, construir um iate personalizado de meio bilhão de dólares (Pendleton and Stone 2021)? Os países estão tropeçando uns nos outros com pressa para serem "verdes", e mesmo que as medidas de economia verde sejam limitadas e de um ponto de vista de ecossistema planetário profundamente imperfeito, elas ainda assim criam plataformas de mudança que os ativistas podem aproveitar. Em nosso mundo do apartheid de vacinas, entretanto, quaisquer benefícios potenciais destas iniciativas levarão algum tempo para alcançar os despossuídos.

Esta despossessão também é fortemente sexista, como descreve o enfoque do Capítulo A2 sobre as iniquidades da pandemia. O gênero tem sido

um tópico em quase todos os *relógios*, em grande parte em conexão com os direitos sexuais e reprodutivos; isto permanece verdadeiro com o presente. O Capítulo A2, entretanto, tem o cuidado de expor a natureza múltipla e interseccional das discriminações e opressões de gênero. O foco está nas desigualdades pandêmicas de gênero no Sul Global, particularmente no Sul da Ásia, com atenção à forma como a COVID-19 tem afetado desproporcional e negativamente as mulheres em seus papéis como profissionais da saúde, sociais e domésticos. Ela incorpora uma análise da "pandemia sombra" da violência baseada no gênero, estendendo-a a um espectro de identidades de gênero além das mulheres cisgênero para incluir pessoas trans, intersex e não-binárias, todas elas com maior probabilidade de serem marginalizadas. Também reconta duas narrativas de ativismo sobre direitos de gênero: campanhas feministas para resistir à forte viragem à direita no Brasil com forte ênfase na construção de ajuda mútua, e a bem sucedida campanha argentina da "onda verde" que levou à legalização do aborto voluntário até a 14th semana de gravidez. Diante da forte oposição à reforma do aborto por parte da igreja católica e evangélica argentina (entre outras), foi a persistência e mobilização em massa das feministas da "onda verde" que levou a um resultado "pró-escolha" bem sucedido que certamente vai se espalhar pelos países vizinhos com políticas mais restritivas.

A seção termina com um retorno a alguns dos temas assinalados no primeiro capítulo. Há previsões de crescimento econômico em recuperação, consideradas pelos "economistas-chefes" como sendo da ordem de 6%. (Centre for the New Economy and Society 2021). O consumo está previsto para aumentar drasticamente. Enquanto se fala muito de uma "recuperação verde", há pouco compromisso firme para reduzir as extrações de recursos ecológicos em geral. O capítulo A3 aborda esta questão com um olhar sobre o provocativo conceito de "decrecimento" - uma redução controlada no consumo humano agregado, colocando o Norte Global (e as elites no Sul Global) em uma dieta rigorosa, essencial para criar espaço de consumo nos países mais pobres, onde tal crescimento é necessário para criar vidas mais saudáveis. O decrecimento (o que alguns preferem chamar de "crescimento justo") exigirá uma radical desestruturação do modelo econômico "consumptogênico" intrínseco do capitalismo, no qual o mantra do "crescimento, crescimento e crescimento" é baseado na velocidade com que novas coisas são produzidas e consumidas, energia gasta e commodities jogadas na pilha de lixo. Existem, no entanto, múltiplas alternativas a este modelo sendo jogado em escalas locais, desde alternativas às métricas de crescimento do capitalismo até economias circulares, e desde reformas do mercado de trabalho até uma ênfase e valorização adequada do trabalho "carinhoso" de baixo consumo de recursos. Como com o conceito indígena de *Buen Vivir* (encontrado



em *relógios* anteriores e em capítulos posteriores desta edição), os esforços para transformar um mundo excessivamente consumidor e desigualmente consumido surgirão quase certamente primeiro naqueles espaços locais onde as pessoas vivem em estreita harmonia umas com as outras e com um cuidado respeitoso com todos os seres vivos.

Sistemas de saúde

Os cinco capítulos de nossa segunda seção restringem o escopo do livro ao imediatismo dos sistemas de saúde e ao terreno de trabalho da maioria dos ativistas de saúde. Cada *Vigília* passada passou um tempo considerável desempacotando uma série de questões relacionadas à prestação equitativa de serviços de saúde de qualidade para todos, invocando os princípios de Alma-Ata e o chamado esclarecedor de "saúde para todos". A primeira *Vigília* nos lembrou da importância dos princípios de Alma-Ata, e o que eles significavam para uma abordagem de cuidados de saúde primários (PHC). A questão pública/privada que ela ressaltou (e os riscos inerentes à comercialização dos cuidados de saúde) permanece conosco. *Os relógios* subsequentes analisaram diferentes fatias destas questões: a saúde dos migrantes, o financiamento do sistema de saúde, o aumento problemático da cobertura universal da saúde (UHC), a nova gestão pública como "privatização por furto" e o papel da oposição de certos estados a uma abordagem mais centrada no estado (em vez de no mercado). As experiências dos países foram freqüentemente destacadas, muitas vezes de forma crítica, mas também com narrativas de mudanças e lutas progressivas. O capítulo B1 desta edição atual se baseia em *relógios* passados, fornecendo uma análise fatiada do estado global dos debates sobre UHC/PHC, que descobre que a UHC está em toda parte e que a PHC ficou presa nas margens. Os países de baixa e média renda (PRMIs) devem gerar seu próprio financiamento interno (algo que a pandemia tem desde então chamado a uma questão indiscutível), a retórica do mercado sufoca a reforma dos sistemas de saúde, e o crescente discurso político global sobre o engajamento com o setor privado de saúde tem os investidores em suas caixas registradoras. Não há nada de intrinsecamente errado com a *idéia* de UHC, aponta o capítulo, mas seu foco no financiamento e seu agnosticismo sobre qualquer desvantagem de aumentar o papel dos provedores privados (mas sempre com um apoio de financiamento estatal) tem levado a uma implementação de UHC menos que impressionante ou equitativa na saúde. O futuro da saúde deve ser público; mas é o público ativista que precisa fazer com que isso aconteça.

A importância da vigilância e da oposição contra a atual tendência global à privatização é apresentada de forma muito clara no Capítulo B3, que

situa a privatização da saúde dentro da incursão mais ampla do financiamento privado e da prestação de serviços na maioria dos setores de "bem público". O capítulo começa contando como os anos anteriores de privatização do sistema de saúde (e a redução associada dos orçamentos preventivos de saúde pública) deixaram até mesmo alguns dos países mais ricos do mundo mal preparados para a COVID-19. De forma assustadora, ele ilustra como a pandemia rapidamente se tornou uma festa para os atores privados abençoados com financiamento público para fazer qualquer coisa desde administrar hotéis de quarentena, enfermarias especiais da COVID-19 e aplicações de rastreamento de contatos ou, se já operando no setor de atendimento privado de um país, beneficiar-se de sobretaxas pandêmicas e/ou generosos subsídios operacionais do governo (os EUA são um destaque neste aspecto, mas estão longe de estar sozinhos). Os estabelecimentos de saúde públicos ou sem fins lucrativos podem nem sempre ter se saído bem em lidar com a pandemia, mas geralmente superaram os estabelecimentos privados, especialmente aqueles que cuidam de adultos mais velhos, os mais antigos e ainda mais atingidos demográficos da COVID-19. Apesar dos altos custos públicos de lidar com a pandemia, os governos têm pouca escolha a não ser fortalecer significativamente seus sistemas públicos de saúde. Como o Capítulo A1 apontou, há riqueza global mais do que suficiente para fazer isso. Ela está agora amarrada em mãos privadas, não satisfazendo nenhum propósito público útil.

O capítulo B3 também descreve brevemente algumas das inovações que surgiram nas tecnologias digitais e de informação como resultado da pandemia. O Capítulo 2 desta seção, intercalado entre os dois capítulos que se concentram principalmente na privatização dos sistemas de saúde, introduz um novo tema *da Watch*: uma exploração detalhada da revolução da digitalização que toca na maioria dos aspectos da vida das pessoas, incluindo sua saúde. A "ruptura" das tecnologias digitais (desde a vigilância corporativa ou estatal do Big Data e do Big Brother, até preocupações apocalípticas ou mundanas sobre o crescimento da Inteligência Artificial) traz tanto benefícios potenciais quanto riscos dentro dos sistemas de saúde. As tecnologias de saúde haviam recebido apenas uma atenção passageira em *relógios* passados, sobre preocupações de custo, controle e confidencialidade ou acesso equitativo a novos produtos médicos. O Capítulo B2 é a primeira vez que um *Relógio* sonda profundamente como tal tecnologia está (ou poderia estar em breve) reformando os sistemas de saúde. Ele reconhece os benefícios plausíveis da tecnologia digital (mais "medicina personalizada", melhores resultados de saúde, custos reduzidos, melhor qualidade de atendimento, "pacientes" capacitados) embora encontre uma escassez de evidências para estes, pelo menos por enquanto. Examina mais criticamente

seus complexos aspectos negativos de privacidade, desde o aumento do "capitalismo de vigilância" e da propriedade e exploração da Big Tech, até o risco de aprofundar uma profunda "divisão digital" global. Também detalha como a pandemia está incentivando relações cada vez mais aconchegantes entre os governos e os gigantes da tecnologia, já que estes últimos vêm surgir novas oportunidades no mercado de saúde na esteira da COVID-19. Isto leva o capítulo a advertir sobre a governança digital ficando muito atrás da inovação digital, observando o desafio enfrentado pelos movimentos ativistas digitais "de fonte aberta" em seus esforços para evitar que as corporações coloquem a reivindicação de monopólio no que deve ser considerado como um bem público global, com a justiça em seu núcleo.

Esta preocupação com os direitos de monopólio está no cerne do Capítulo B4, e um retorno a um dos desafios mais frequentes do sistema de saúde dos *Relógios*: o papel da proteção dos direitos de propriedade intelectual nos acordos comerciais na criação de barreiras no acesso a medicamentos. O capítulo atualiza o alarmante estado de acesso (para grupos ou países de baixa renda, os custos dos medicamentos ainda são os maiores gastos com a saúde fora do bolso) com a pandemia COVID-19 aumentando drasticamente as desigualdades no acesso a medicamentos (e especialmente vacinas). Os países de alta renda não apenas conseguiram aumentar o fornecimento de vacinas em suas compras antecipadas no mercado; eles fizeram o mesmo com a maioria dos produtos médicos (tratamentos, diagnósticos). Uma das causas fundamentais é o regime global de direitos de propriedade intelectual (DPI) desenvolvido primeiramente no Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) e depois reforçado em acordos comerciais bilaterais e regionais. O capítulo revisa o conto de que a Big Pharma se recusa a compartilhar suas patentes ou tecnologias de vacinas (apesar de grande parte dos custos das vacinas serem financiados publicamente ou garantidos através de acordos de compra antecipada pelos governos) e os esforços dos LMICs, liderados inicialmente pela África do Sul e pela Índia, para pressionar por uma renúncia temporária às principais regras do TRIPS a fim de facilitar a rápida expansão das vacinas. Foram necessários 8 meses de campanha (outubro de 2020 a maio de 2021) para iniciar negociações "baseadas em texto" para uma renúncia, cujo escopo e possibilidade de sucesso ainda é discutível. A Big Pharma continua se opondo, a União Europeia não acredita que a renúncia seja necessária, e os EUA (cujo acordo de considerar uma renúncia em maio de 2021 desencadeou algum movimento adiante) está restringindo-a apenas às vacinas e às patentes (ver Capítulo B4). Uma renúncia do TRIPS não resolverá imediatamente o acesso desigual às vacinas COVID-19 ou produtos de saúde, embora seja um começo; e há outras pre-

ocupações regulamentares nos regimes de propriedade intelectual TRIPS e "TRIPS-Plus". No entanto, a campanha de renúncia proporcionou aos ativistas de saúde em todo o mundo um momento de mobilização e uma plataforma de defesa com potencial para criar mudanças mais fundamentais na propriedade, controle e gestão dos "conhecimentos comuns".

Enquanto isso, o fornecimento de vacinas ainda é criticamente baixo à medida que os lucros corporativos das vendas da primeira onda para HICs se acumulam, sendo o exemplo mais público o da Pfizer. Por seu próprio reconhecimento a seus acionistas, a Pfizer espera gerar US\$ 33 bilhões em vendas de vacinas este ano, com lucros de cerca de 30% ("alta de 20 anos"), digamos, cerca de US\$ 10 bilhões, sem contar com o que ganhará com as vacinas "booster". Os impostos que a Pfizer paga sobre seus lucros em média apenas 5,8% devido à sua prática de evitar impostos de criar centenas de empresas "caixa de correio" em nações com paraíso fiscal. De acordo com as regras do tratado TRIPS e as leis fiscais internacionais vigentes, a Pfizer pode afirmar que só está fazendo o que lhe é permitido ("Pfizer Using Dutch Letterbox Company to Avoid Taxes: Report" 2021). Moderna, que produz a outra vacina contra o mRNA, não é melhor, com lucros de 2021 entre US\$8 e US\$10 bilhões sobre apenas US\$18,4 bilhões em vendas. Os lucros serão mantidos em um dos dois "paraísos fiscais" com impostos baixos: o estado de Delaware nos EUA e a Suíça na UE (Kiezebrink 2021). Se este comportamento legalmente admissível é ou não eticamente admissível é outra questão.

O último capítulo B5 da seção aborda uma questão que se levanta em importância pandêmica: a saúde mental. As seqüelas psicossociais da COVID-19 são cada vez mais vistas como um de seus desafios de saúde duradouros, especialmente para as pessoas mais jovens cujos anos de pico de socialização foram fechados por fechamentos de portas, fechamento de escolas e um futuro incerto. *Os relógios* do passado examinaram fatias dos desafios de saúde mental associados às desigualdades sociais, as consequências da crise financeira de 2008 e as críticas à tendência da biomedicina ocidental de tratar qualquer uma de suas listas crescentes de "doenças mentais" com drogas. Este último tema é retomado no presente capítulo que, embora reconhecendo alguns dos benefícios que a biomedicina traz à saúde mental, discute a importância da prevenção primária (lidando com os determinantes da doença mental em nível sistêmico) e a expansão do uso de alternativas terapêuticas às drogas e à institucionalização, tais como intervenções psicossociais por trabalhadores de saúde da linha de frente e redes de apoio de pares. Estratégias como estas têm o potencial de superar a preocupante escassez de trabalhadores da saúde mental, outro déficit gritante na força de trabalho da saúde global descrito no Capítulo B1 que reforça o



argumento do Capítulo A3 para investir em uma recuperação pós-pandêmica baseada em uma "economia do cuidado".

Além da saúde

Essa saúde é determinada por muito mais do que os sistemas de saúde são conhecidos há muito tempo, embora um conhecimento eclipsado pelo domínio da biomedicina ocidental durante grande parte do século passado. Os seis capítulos desta atual série *da Watch* continuam o foco da série nos que são comumente chamados de determinantes sociais da saúde, mas que podem ser descritos de forma mais crítica como os sistemas hierárquicos, de gênero, racializados e estratificados economicamente de opressão social e marginalização que criam riscos de saúde injustos.

O Capítulo C1 volta a um assunto que recebeu considerável atenção na dissecação da agenda de austeridade da *Watch 4*, que globalizou os juizes fiscais de programas anteriores de ajuste estrutural que o mundo rico havia considerado essencial para que as nações mais pobres seguissem para preservar a liquidez de seus próprios privilégios financeiros. As consequências econômicas da pandemia, como a da crise financeira de 2008, parecem ter sido preparadas para orquestrar um desempenho repetido. Apesar de uma mudança na retórica no topo (notadamente a do Fundo Monetário Internacional), os shibboleths da política do neoliberalismo ainda dominaram os conselhos que ele deu ao mundo inteiro (que os LMICs dependentes da assistência de empréstimo tomaram como obrigatórios) como se os compromissos assumidos nos SDGs de 2015 e no Acordo de Paris não exigissem um repensar econômico radical. O ativismo da sociedade civil desafiou com sucesso os cortes da austeridade em vários PRM, mas isso não tem sido o caso na maioria dos PRM, apesar das ondas de protestos antiausteridade em todos os continentes. Tendo preparado o cenário para os resultados de saúde extremamente injustos da pandemia, a austeridade está agora sendo reinventada como prudência fiscal necessária para reduzir a profunda dívida pública dos governos criada pela COVID-19. Até 4 de cada 5 países estão em recuo fiscal, diminuindo seus gastos públicos como porcentagem de seu já reduzido PIB - mesmo que a terceira e quarta ondas pandêmicas continuem a bufar a vida e a subsistência das pessoas. O capítulo identifica opções importantes para reverter este curso, semelhantes àquelas observadas no Capítulo A1. Algumas delas já são comuns em alguns países, enquanto outras mais recentes estão sendo perseguidas com lentidão, e todas requerem uma "estrutura macroeconômica mais acomodatória". Qualquer que seja essa estrutura, ela deve atender à agenda da ecojustiça (degrescimento) discutida em profundidade no Capítulo A3.

Também terá que prestar atenção aos mercados de trabalho globais que continuam em turbulência, com todos os trabalhadores altamente qualificados (geralmente de base tecnológica), exceto um pequeno número, ainda enfrentando diminuição de ganhos, emprego inseguro, perda de benefícios da previdência social e uma parcela cada vez menor da torta econômica mundial. Os acordos informais de trabalho não são novidade, especialmente nos PMICs do mundo cujas oportunidades de emprego (por mais exploradoras que sejam) melhoraram com a globalização e a terceirização. Mas eles estão se tornando o padrão global, com uma economia de "gig", alimentada por aplicações e plataformas de trabalho, transformando um número crescente de trabalhadores em trabalhadores "just-in-(part)time". O capítulo C2 descobre que a COVID-19 está piorando a situação, mesmo que alguns HICs que estão atingindo a imunidade do rebanho vacinal nacional e reiniciando suas economias estejam vendo uma reversão de suas perdas iniciais de emprego pandêmico. Os trabalhadores do setor de baixos salários se deram pior (sem surpresa), assim como os trabalhadores a tempo parcial e aqueles que trabalham em setores de alto risco (agricultura, manufatura, serviços alimentares) e, como documentado no Capítulo A2, os cuidados com a saúde. O aspecto de gênero das interrupções da recessão pandêmica levou alguns a chamá-lo de "cortejo", com as mulheres tomando os mais duros golpes do mercado de trabalho e sendo menos provável que os homens retornem ao emprego. Não tem faltado o ativismo trabalhista em resposta tanto à saúde pré como pós-pandêmica do local de trabalho e às inseguranças sociais, com um aumento saudável dos esforços de sindicalização. Mas com os mercados de trabalho que provavelmente permanecerão estressados pela globalização, com a anulação da era anterior de um contrato social entre governo, trabalho e mercado, mais atenção está sendo dada ao conceito de transferências incondicionais de dinheiro: uma renda básica universal, financiada por impostos, garantida como um direito do cidadão. Embora nem uma panacéia nem um substituto para regulamentos trabalhistas mais fortes, tais transferências vinculam mais fortemente a luta pelo "trabalho decente" com o impulso para criar "pisos de proteção social" para todos.

Uma das preocupações da direita com as transferências incondicionais de dinheiro é que os pobres, com mais dinheiro no bolso, apenas o gastarão insalubrememente em charutos, comida de plástico e álcool. Não há evidências para apoiar esta associação com tais transferências de dinheiro, mas a preocupação com os "determinantes comerciais da (doença) saúde" é justificada, como documentos do Capítulo C3. A COVID-19 pode ter reafirmado nossas suscetibilidades humanas a novas infecções, mas o que a OMS chama de "desastre em câmera lenta" de doenças não transmissíveis



(DANTs) não perdeu sua importância duradoura. Além disso, os "fatores de risco" para as DANTs são tão transmissíveis quanto os das doenças infecciosas, em grande parte resultado da difusão global de "commodities insalubres" produzidas e comercializadas por corporações transnacionais comerciais e de capital acumulado. O capítulo revisa algumas das bem conhecidas estratégias implementadas pelas indústrias de tabaco, alimentos obesogênicos e álcool para fazer avançar seus interesses (marketing, lobby, litígio e a cortina de fumaça da responsabilidade social corporativa), mas as atualiza com um olhar sobre como a pandemia criou novos nichos de mercado digitalizados para sua transmissão. Os tratados comerciais e de investimento forçosos continuam sendo barreiras potentes aos esforços dos ativistas para reduzir a disseminação dessas "mercadorias insalubres", embora tenha havido alguns sucessos na limitação de seus danos desreguladores, principalmente no que diz respeito às medidas de controle do tabaco. Apesar da ampla oposição corporativa, e com o apoio de uma forte mobilização da sociedade civil e defesa da saúde pública, mais governos também estão se voltando para políticas de rotulagem e tributação para conter o consumo de produtos nocivos à saúde.

Em última análise, e particularmente em relação à produção e consumo de alimentos saudáveis, a governança nacional e global deve dar maior atenção à proteção da saúde de nossos bens comuns ambientais. Toda *Vigília* passada comentou o estado declinante de nossa saúde planetária e, com ela, os riscos futuros (de fato, já atuais) para nossa saúde humana. As mudanças climáticas, a perda de água e as indústrias extrativistas já apareceram em edições passadas, e continuam presentes em muitos dos capítulos desta edição. Os extrativos são o tema dominante no Capítulo C4, uma tecelagem convincente de narrativas de múltiplos países e contribuintes que fazem parte do círculo do Movimento de Saúde dos Povos (PHM) Ambiente e Saúde. Eles têm como objetivo o próprio conceito de desenvolvimento, e sua dependência de intermináveis extrações dos chamados "recursos naturais", um fenômeno acelerado pelos governos de direita, mas que também não é estranho para os supostos de esquerda. O capítulo se abre contrastando a visão do mundo do desenvolvimento do capitalismo com a de *Sumak Kawsay*, a filosofia indígena do Equador, também conhecida como *Buen Vivir* e comum à filosofia de muitos povos indígenas latino-americanos. Vários dos nove estudos de caso do capítulo dizem respeito à mineração, enquanto outros focalizam a água (e os direitos da água), os impactos das mudanças climáticas no gênero, o crescimento tóxico da agroindústria e as lutas em andamento para defender as regiões do planeta habitadas por índios e biodiversificadas contra ataques comerciais e cúmplices do governo. Ao destacar a extensão e intensidade da oposição dos ativistas à patologia

inerente ao extrativismo, o capítulo não minimiza a extensão dos danos ainda fomentados pelo mito do "desenvolvimento" do extrativismo. Mas é evidente a necessidade de desafiá-lo, e alguns dos meios para fazê-lo.

Um argumento semelhante é avançado no Capítulo C5, que reúne temas dos dois anteriores: alimentos insalubres (industrializados) e a extração insustentável dos recursos ecológicos do planeta. O argumento do capítulo é simples: o sistema alimentar global está quebrado. Ele polui, consolida o controle em alguns oligopólios e devasta a terra necessária para a produção, ao mesmo tempo em que não atende à necessidade mundial de alimentos saudáveis e nutritivos. O capítulo se baseia em *relógios* anteriores que exploravam as raízes da desnutrição para alguns e da supernutrição para outros, o crescimento da insegurança alimentar, o aumento da dependência de tecnologias corporativas para compensar os alimentos desnutridos e a necessidade de proteger o direito das comunidades à soberania alimentar. O capítulo aprofunda a história do modelo agro-industrial dominante, contrastando-o com as alternativas agroecológicas que persistiram apesar da contínua corporatização da agricultura. Ele encontra provas consideráveis da capacidade da agroecologia de atender tanto as necessidades alimentares humanas quanto a sustentabilidade planetária, citando exemplos encorajadores. A COVID-19 atrasou algumas dessas iniciativas: a longa vida de prateleira e os alimentos processados embalados pareciam mais seguros do que os mercados locais de alimentos em uma "nova normalidade" pandêmica, com restrições de mobilidade e mascarada. Mas o trabalho de mobilização para moldar uma transformação nos sistemas alimentares globais continua a ser construído através do Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas (CSM), que faz parte do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU. Um momento crítico a curto prazo será a medida em que a agroecologia possa impedir que as soluções técnicas/corporativas e seus interesses econômicos dominem a governança alimentar global.

A seção se encerra com o Capítulo C6, que soa uma nota sombria sobre o estado do conflito global e as perspectivas de revitalização do movimento global pela paz. A riqueza e os recursos consumidos por aquilo que outrora reduzimos como o "complexo militar-industrial" se tornam mais absurdos em um contexto de saúde e necessidade social aguda, à medida que o mundo tenta superar suas crises pandêmicas. O capítulo nos lembra a extensão da carnificina sanitária perpetrada em duas das piores zonas de conflito do mundo (Iêmen e Síria), agravada pela COVID-19, e como essas guerras por procuração são subscritas pelos interesses estatais e comerciais no comércio de armas. Ela descreve como a islamofobia, em parte a coberto da pandemia, está semeando o que muitos ativistas consideram como genocídio; e descobre que muitos países estão "armando" a COVID-19 em suas re-



spostas, com autocracias aparentemente dispostas a desafiar as democracias em muitas das regiões do mundo. Mas também há elogios à reforma: o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares que entrou em vigor em janeiro de 2021, o aumento da "paz a partir de baixo" (as iniciativas de base para construir as condições para a paz e a coesão social), e o papel proeminentemente desempenhado pelas mulheres em muitos desses esforços.

Vigilância

A própria idéia de uma *Vigilância Sanitária Global* é "observar" - observar, estudar, analisar e interrogar as forças globais que dão origem às possibilidades da saúde, através de seus efeitos sobre os caminhos sociais e ambientais para a saúde, e seu papel em alcançar maior (ou menor) equidade nessas possibilidades. Os temas que percorrem esta seção podem ser resumidos em duas palavras (governança global) e a ameaça à sua responsabilidade democrática (o poder emergente das elites econômicas e empresariais do mundo). Na ausência de um governo global (fora das decisões do Conselho de Segurança da ONU que possam ser apoiadas pela força), temos uma pluralidade multiplicadora de plataformas de governança multistakeholder. Os governos (eleitos ou não) se sentam ao redor dessas mesas coletivas de tomada de decisão, mas estão sendo gradualmente superados pelos atores privados, os uberróficis "filantropistas" e o setor corporativo, cuja riqueza e poder dependem cada vez mais do nosso sistema de agências intergovernamentais das Nações Unidas.

O capítulo D1 dá o tom com sua crítica excitante sobre o papel cada vez menor da OMS como agência de saúde global do mundo. Isto não é novidade e tem sido uma característica em vários *relógios*. Mas a situação piora, com pouco do financiamento da OMS vindo de "contribuições avaliadas" sobre as quais, através da Assembléia Mundial da Saúde (AMS), ela tem controle de gastos. Suas funções programáticas estão agora solidamente dependentes de alguns países ricos e doadores privados ricos, o que dá a esses doadores direitos privilegiados de estabelecimento de agenda sobre os da AMS mais representativa. As deficiências de financiamento da OMS também estão abaixo de alguns de seus tropeços nos primeiros meses da pandemia onde, como seus estados membros mais ricos, as lições de preparação da SARS e outras pandemias ameaçadoras não foram correspondidas por finanças protegidas caso uma nova "emergência de saúde pública de preocupação internacional" (PHEIC) irrompesse. A resposta global da COVID-19, ao invés disso, caiu para uma parceria público-privada (PPP), o Acelerador de Acesso a Ferramentas COVID-19 (ACT-A), no qual a OMS participa mas não lidera. Criado em grande parte seguindo o projeto e financiamento fornecido



por Bill Gates, é um modelo que se recusa a desafiar os interesses corporativos (principalmente os monopólios de DPI da Big Pharma discutidos no Capítulo B4) e que até agora falhou em remediar a tragédia evitável do apartheid de vacinas. Se um olhar retrospectivo pós-pandêmico leva a outra rodada de revisões do Regulamento Sanitário Internacional ou a um novo Tratado de Pandemia é discutível; a necessidade dos Estados membros da OMS de aumentar proporcionalmente suas contribuições avaliadas não é discutível. A extensão da crise de financiamento da OMS é mais evidente na criação, em 2020, de sua própria Fundação, liderada por um ex-CEO da Big Pharma, que está buscando doações corporativas e individuais privadas, cujo retorno sobre o investimento proporcionaria à OMS algum novo capital de giro. O fato de este modelo instanciar a OMS no mesmo sistema financeiro global que tem ajudado a criar o aumento das iniquidades de renda e de riqueza observadas no Capítulo A1 é uma ironia que não foi notada pela maioria.

A tríade financiamento/governança global/privatização é recorrente em capítulos de seções posteriores. O capítulo D2, no entanto, lança seu olhar reprovador sobre uma faceta diferente de governança: as regras de comércio e investimento que moldaram a economia global (e os bens comuns ambientais) durante pelo menos o último quarto de século. Ele se concentra nas mudanças do multilateralismo da OMC para a tendência de acordos comerciais bilaterais ou regionais que, em grande parte por definição, são OMC-plus. Os novos tratados que ela passa algum tempo avaliando por suas novas ameaças potenciais à saúde pública são o CPTPP (Acordo de Parceria Transpacífico Abrangente e Progressivo) e o USMCA (Acordo EUA/México/Canadá). Ambos reforçam as medidas políticas que os governos poderiam tomar que poderiam inibir o comércio, com novas regras sobre como as regulamentações futuras devem ser desenvolvidas, incluindo a permissão ou mesmo a obrigatoriedade do envolvimento de atores corporativos de outros países. Melhorar a coerência regulatória entre países comerciais pode não ser uma coisa "ruim", mas depende se essa coerência se baseia na igualdade de saúde, nos direitos trabalhistas e nos resultados da proteção ambiental. Apesar da inclusão de novos capítulos trabalhistas e ambientais em alguns acordos bilaterais e regionais, estes podem impedir (ou pelo menos retardar) uma "corrida para baixo", mas dificilmente são uma "corrida para cima", embora o capítulo trabalhista da USMCA tenha algum potencial pró-trabalhador, particularmente para trabalhadores de fábricas mexicanas que alimentam o setor industrial sediado nos EUA. O aspecto mais preocupante de tais tratados reside menos no comércio, e mais no investimento. Os tratados internacionais de investimento tornaram-se uma das formas mais predatórias de capitalismo financeiro, com investidores especulativos, firmas de

advocacia corporativa e empresas transnacionais mantendo os governos (e o povo que representam) reféns de um tratado vagamente redigido e de um processo judicial secreto. O mais recente: esforços em andamento, ou planejados, para processar governos fiscalmente desafiados por seus pacotes de resgate pandêmico para as medidas de saúde pública que tiveram que impor, uma vez que tais medidas podem ter interferido na rentabilidade projetada de seus investimentos.

O capítulo observa algumas janelas de oportunidade na capacidade da saúde de influenciar as negociações de tratados comerciais e de investimento, mesmo que a lógica econômica subjacente (e ainda em grande parte neoliberal) ainda prevaleça. A OMC é uma pequena parte do sistema de governança global, mesmo se suas regras de solução de controvérsias a tornam uma das mais poderosas. A ONU é uma rede muito maior de organizações intergovernamentais encarregadas de uma enorme gama de tarefas, muitas delas, como a OMS, lidando com o lado da proteção social da economia/sociedade teeter-totter. Como crônica do Capítulo D3, esta rede do pós-guerra tem sido tão severamente subfinanciada quanto a OMS desde os anos 90 - a mesma década em que a ortodoxia econômica neoliberal havia se tornado tão dominante que alguns anunciaram (embora prematuramente) o "fim da história". O capítulo é particularmente crítico em relação aos esforços das Nações Unidas para jogar bem com as corporações transnacionais a fim de ter acesso a seu apoio financeiro. Jogar bonito se traduz em um "pacto global" inexequível que dá muito mais credibilidade ao culto da "responsabilidade social corporativa" (RSE) do que provas de RSE que merecem qualquer elogio. Um desenvolvimento mais positivo, impulsionado pela pressão contínua da sociedade civil, são os esforços para criar um tratado vinculante sobre as obrigações das empresas transnacionais em matéria de direitos humanos. A oposição a tal tratado por parte daqueles que ele governaria é sem surpresa feroz; mas a pandemia pode dar-lhe o empurrão necessário para cruzar a linha de chegada das negociações. Mas até que haja um novo "pacto de financiamento" para apoiar as funções centrais das agências da ONU (incluindo a que supervisiona o cumprimento dos tratados de direitos humanos por parte dos Estados), os poderosos interesses econômicos continuarão a infiltrar-se naquilo que ainda é o esforço mais duradouro na governança global para a paz.

O capítulo D4 se concentra em duas organizações globais cuja governança há muito é questionada: o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). As preocupações com as políticas e práticas de ambas foram levantadas em capítulos anteriores. Como o D4 descobre, a linguagem do ajuste estrutural pode ter desaparecido, mas suas premissas básicas foram simplesmente reembaladas. O BM troca tropas neoliberais pela idéia de

"capital humano", em que pelo menos a importância de investir na saúde e na educação é dada destaque pósSDG, mas menos como fins em si mesmos e mais como meio para esse favorito perene: o crescimento econômico melhorado. Seu projeto de capital humano está vinculado a suas políticas que visam melhorar as oportunidades de negócios e se situa confortavelmente com seu braço de empréstimo do setor privado, a Corporação Financeira Internacional, e sua estratégia de "construir mercados" e posicionar o crescimento do setor privado como uma prioridade pós-pandêmica. A dinâmica interna do BM e do FMI, no entanto, está em alguma contradição, pois sua reunião combinada em 2020 estava repleta de referências ao "investimento em pessoas". A contradição reside na origem desse investimento: outra rodada de títulos de investimento social (espera-se que aprendendo com a generosidade excessiva de capital concedida pelos títulos pandêmicos fracassados), mais parcerias público-privadas, ou, no caso do FMI, direitos de saque especiais (DSE) mais generosos para os LMICs (que os países podem usar como entenderem, mas não sem o "conselho de política... para garantir que os países não adiem o ajuste macroeconômico e as reformas necessárias" (Fundo Monetário Internacional 2021))? Ambas as instituições liberaram fundos para os governos LMIC para ajudar a lidar com a COVID-19, incluindo o Banco Mundial fornecendo dinheiro para a iniciativa da vacina COVAX. No entanto, decepcionantemente, o BM (ou pelo menos seu Diretor-Geral nomeado pelos EUA) se opõe à isenção do TRIPS.

O FMI e o BM parecem ambos cientes do risco de rebelião social generalizada e colapso governamental, a menos que os esforços para acabar com a pandemia de forma rápida e justa sejam decretados. Isto se torna mais importante quando se considera que, à medida que os HICs emergem primeiro da pandemia, seu crescimento econômico será lento, enquanto a especulação nos mercados imobiliário e financeiro continua a inflar uma enorme bolha de tamanho histórico. O resultado líquido de ambas as tendências é um provável fim ou desaceleração na era pandêmica do "dinheiro barato", o aumento das medidas de alívio da COVID-19, os gastos com estímulos pós-pandêmicos e o aumento da oferta de dinheiro através da teoria monetária moderna. Como advertiu o Capítulo A1, os países ricos que foram capazes de arcar com estas políticas estão agora preparados para aumentar as taxas de juros para minimizar os riscos de inflação a jusante. Seu aperto das condições monetárias provavelmente desencadeará grandes crises de endividamento em muitos PRMI que já eram (novamente) pré-pandêmicos e agora mais ainda. Se tais crises forem enfrentadas (novamente) com medidas de austeridade, como parece provável, é provável que a agitação social crescente aumente em todo o mundo, juntamente com as respostas autocráticas do governo.

O capítulo D5 apresenta uma crítica feroz ao que chama de nossa era atual de impunidade corporativa. Alguns tópicos se repetem de outros capítulos (notavelmente uma análise mais profunda das negociações para um tratado vinculante sobre corporações transnacionais e direitos humanos, e uma revisão da má-fé corporativa e das resistências comunitárias desde os anos 90), mas seu principal argumento é como a "Grande Reposição" pós-pandêmica do Fórum Econômico Mundial (WEF) está posicionada para ancorar o capital privado e as regras corporativas dentro do coração do sistema das Nações Unidas. É provável que os leitores estejam bastante familiarizados com o WEF, o encontro anual da elite empresarial, financeira e (ocasional) acadêmica geralmente reunida em Davos, Suíça. O fundador do WEF, Klaus Schwab, há alguns anos prega um evangelho de multistakeholderismo e o que ele chama de "capitalismo de acionistas", no qual as corporações redefinem seu papel, afastando-se da maximização do valor acionário para um que (com ecos de RSE) reconhece suas responsabilidades para com seus trabalhadores, seus clientes e suas comunidades. Infelizmente, o comportamento passado não é um bom presságio para tal "reinício" com ativistas mais do que um pouco preocupados que se torne mais uma folha de figo para um negócio desequilibrado como o habitual. A preocupação imediata expressa neste capítulo: seu lento envolvimento do WEF dentro das estruturas de governança da ONU, reforçando a sobreposição mais inquietante dos interesses corporativos/capitalistas com os poucos sistemas globais de governança mais democraticamente responsáveis.

Este final bastante sóbrio da seção nos dá uma pausa para refletir no capítulo final sobre o potencial de oposição ativista e um verdadeiro pivô pós-pandêmico transformador. Não somos ingênuos o suficiente ou inconscientemente idealistas para ignorar como, mesmo pré-pandêmicos e agora sob a sombra da pandemia, regimes autocráticos estão cada vez mais fechando o protesto público. A democracia (especialmente em sua forma liberal ocidental) nunca foi um sistema perfeito; e a ascensão da China globalmente sob um regime capitalista estatal que não faz de conta a democracia cria um desafio particular para aqueles movimentos da sociedade civil cuja capacidade de agitar, agir e defender é pelo menos um pouco protegida por normas democráticas legais. Seja a idéia "glocalizada" do Capítulo A3 de um futuro pós-pandêmico decrescente, onde nossas obrigações sociais e ambientais umas com as outras são promulgadas em uma escala mais humana, ou a uma visão socialista revitalizada de governança e governo em múltiplos níveis implícita nos capítulos que abrangem esta edição, a necessidade de continuar a "falar verdade ao poder" - de fato, gritar sabedoria aos que não a ouvem intencionalmente - continua sendo a força que alimenta nosso animo ativista.



Fazendo isso em meio ao crescente número de desafios do ativismo é o tópico de nosso capítulo final, que enfatiza algumas das lições aprendidas de duas décadas de organização e campanha de "Saúde para Todos" da PHM. Ele extrai primeiro de um estudo reflexivo do trabalho de PHM, uma auto-responsabilização para os muitos ativistas do mundo inteiro que defendem sob seu nome e objetivos visionários. Envolvendo dezenas de ativistas em todo o mundo, o estudo sintetiza vários princípios extraídos da prática e como estes são espelhados nos esforços futuros planejados de PHM. O estudo retoma vários dos exemplos centrais de tais princípios em ação que aparecem em capítulos ao longo desta edição da *Ronda*. Um tema chave é o da convergência: "um encontro de pessoas, organizações e movimentos que compartilham preocupações semelhantes sobre a saúde e são críticos do papel que a globalização neoliberal desempenha na sustentação das iniquidades na saúde". Não há certeza de que tal convergência criará o mundo eco-justo que impulsiona os esforços da maioria dos movimentos sociais progressistas. Mas estes esforços são tanto fins em si mesmos quanto meios essenciais para nosso futuro mais saudável; e esta edição, como com todos os *relógios* anteriores, é uma modesta tentativa de honrá-los.

Finalmente, os colaboradores têm feito esforços para manter seus capítulos o mais atualizado possível, dado um cenário global de saúde em rápida mudança. Os capítulos foram concluídos no final de junho de 2021, e a maioria foi atualizada em meados de setembro de 2021. Embora grande parte de seu conteúdo vá além das preocupações imediatas de saúde global, os leitores devem ter em mente que alguns dos dados ou eventos descritos refletem informações e análises atuais até setembro de 2021.



Referências

- Centro para a Nova Economia e Sociedade. 2021. "Perspectivas dos Economistas Chefes Junho 2021". Suíça: Fórum Econômico Mundial.
- Kiel, Paul, Jesse Eisinger, e Jeff Ernsthansen. 2021. "The Secret IRS Files": Trove of Never-Before-Viewed-Seen Records Reveal How the Wealthiest Avoid Income Tax". ProPublica. 8 de junho de 2021. <https://www.propublica.org/article/the-secret-irs-files-trove-of-never-before-seen-records-reveal-how-the-wealthiest-avoid-income-tax>.
- Kiezebrink, Vincent. 2021. "Moderna's Free Ride". SOMO. 13 de julho de 2021. <https://www.somo.nl/modernas-free-ride/>.
- Fundo Monetário Internacional. 2021. "Perguntas e respostas sobre direitos de saque especiais (DSEs)". FMI. 23 de agosto de 2021. <https://www.imf.org/en/About/FAQ/special-drawing-right>.
- Pendleton, Devon, e Brad Stone. 2021. "Jeff Bezos's New Superyacht Heralds Roaring Market for Big Boats". Bloomberg Wealth, 7 de maio de 2021. <https://www.bloomberg.com/news/features/2021-05-07/jeff-bezos-s-new-superyacht-heralds-roaring-market-for-big-boats>.
- "Pfizer usando a Dutch Letterbox Company para evitar impostos: Relatório". 2021. NL Times. 11 de maio de 2021. <https://nltimes.nl/2021/05/11/pfizer-using-dutch-letterbox-company-avoid-taxes-report>.

Notas

i Para acessar a Carta do povo para a Saúde, visite <https://phmovement.org/the-peoples-charter-for-health/>.